

A Justiça Divina em Allan Kardec: A relação entre A Gênese e O Céu e o Inferno - Editora Mundo Maior

Entre as obras que compõem a Codificação Espírita, *A Gênese* ocupa um papel singular. Publicado em 1868, o livro não apenas amplia conceitos apresentados anteriormente por Allan Kardec, mas também funciona como uma síntese dos princípios desenvolvidos ao longo da doutrina.

No primeiro capítulo da obra, especialmente entre os itens 30 e 38, Kardec apresenta uma visão sistematizada da justiça divina, retomando conceitos discutidos com maior profundidade em *O Céu e o Inferno*. A análise desses trechos revela uma construção lógica que procura explicar o destino do Espírito a partir de princípios como responsabilidade individual, progresso contínuo, reparação e transformação moral.

Os conceitos apresentados nesse trecho representam uma reformulação de ideias tradicionalmente associadas ao Cristianismo, oferecendo uma interpretação baseada nas leis naturais e na evolução espiritual.

Não existem seres privilegiados na criação

Um dos primeiros princípios apresentados em *A Gênese* é a unidade da criação.

No item 30 do capítulo I, Natureza da revelação, Kardec afirma que não existem seres privilegiados. Essa ideia é desenvolvida em *O Céu e o Inferno*, nos capítulos dedicados aos anjos e aos demônios, como abaixo:

(...)Sabe que não há criaturas deserddadas nem mais favorecidas umas que as outras; que Deus não criou nenhuma que seja privilegiada e dispensada de um trabalho imposto a outras para progredir; que não há seres perpetuamente voltados ao mal e ao sofrimento; que aqueles designados pelo nome de demônios são Espíritos imperfeitos, ainda atrasados, que fazem o mal na condição de Espíritos, como praticavam enquanto eram homens, mas que

avançarão e se aperfeiçoarão; que anjos não são seres à parte na criação, mas são Espíritos puros, que atingiram a meta após terem percorrido o caminho do progresso; que de tal modo não há criações múltiplas de diferentes categorias entre os seres inteligentes, mas toda criação resulta da grande lei de unidade que rege o Universo, e que todos os seres gravitam para um alvo comum, que é a perfeição, sem que uns sejam favorecidos em detrimento de outros, pois todos são filhos das próprias obras.(...)

pag 54 - Kardec, A Gênese - 6ª edição - Editora Mundo Maior ((item 30 do capítulo primeiro completo: 30. O ESPIRITISMO, cujo ponto de partida está nas próprias palavras de Cristo, como Cristo partiu das de Moisés, é uma consequência direta de sua doutrina. À ideia vaga da vida futura, ele acrescenta a revelação da existência do mundo invisível que nos cerca e povoa o espaço, e assim dá forma precisa à crença; dá-lhe corpo, consistência, realidade ao modo de pensar. Define os laços que unem a alma e o corpo, retirando o véu que ocultava aos homens os mistérios do nascimento e da morte. Pelo Espiritismo, o homem sabe de onde vem, para onde vai, porque está na Terra, porque sofre temporariamente e vê por toda parte a justiça de Deus. Sabe que a alma progride sem cessar por meio de uma série de existência sucessivas, até alcançar o grau de perfeição que lhe permite se aproximar de Deus. Ele sabe que todas as almas, como possuem um mesmo ponto de partida, são criadas iguais, com uma mesma aptidão para progredir em virtude de seu livre-arbítrio; que todas são da mesma essência, e que há entre elas diferença senão a do progresso realizado; que todas têm o mesmo destino e alcançarão a mesma meta, mais ou menos rapidamente conforme seu trabalho e sua boa vontade. Sabe que não há criaturas deserdadas nem mais favorecidas umas que as outras; que Deus não criou nenhuma que seja privilegiada e dispensada de um trabalho imposto a outras para progredir; que não há seres perpetuamente voltados ao mal e ao sofrimento; que aqueles designados pelo nome de demônios são Espíritos imperfeitos, ainda atrasados, que fazem o mal na condição de Espíritos, como praticavam enquanto eram homens, mas que avançarão e se aperfeiçoarão; que anjos não são seres à parte na criação, mas são Espíritos puros, que atingiram a meta após terem percorrido o caminho do progresso; que de tal modo não há criações múltiplas de diferentes categorias entre os seres inteligentes, mas toda criação resulta da grande lei de unidade que rege o Universo, e que todos os seres gravitam para um alvo comum, que é a perfeição, sem que uns sejam favorecidos em detrimento de outros, pois todos

são filhos das próprias obras.))

A interpretação espírita rompe com a ideia de que alguns seres foram criados para a perfeição, enquanto outros teriam sido destinados eternamente ao mal.

Segundo a doutrina, todos os Espíritos possuem a mesma origem. Todos são criados simples e ignorantes e recebem as mesmas oportunidades de desenvolvimento.

Nesse contexto, os anjos são Espíritos que já concluíram sua trajetória evolutiva e alcançaram elevados níveis de aperfeiçoamento moral. Os demônios, por outro lado, não constituem uma categoria permanente de seres condenados ao mal. Demônios são Espíritos ainda imperfeitos, que permanecem em estágios inferiores da evolução, mas que, inevitavelmente, progredirão.

Essa compreensão estabelece um princípio de igualdade absoluta diante das leis divinas e elimina qualquer possibilidade de privilégios na criação.

A felicidade e o sofrimento pertencem ao próprio Espírito

Outro aspecto fundamental apresentado por Kardec está relacionado à compreensão da felicidade e do sofrimento.

No item 32 de *A Gênese*, o autor afirma que a situação do Espírito após a morte é consequência direta do seu grau de aperfeiçoamento.

32. Pelo estudo da situação dos Espíritos, o homem sabe que a felicidade e a infelicidade na vida espiritual são inerentes ao grau de perfeição e de imperfeição; que cada um sofre as consequências diretas e naturais de suas faltas, por outras palavras, que ele é punido por onde pecou; que essas consequências duram tanto tempo quanto a causa que as produziu; e, portanto, o culpado sofrerá eternamente, se persistir sempre no mal, mas o sofrimento acaba com o arrependimento e a reparação; ora, como depende de cada um se aperfeiçoar, todos podem, em virtude do livre-arbítrio, prolongar ou abreviar os sofrimentos, como o doente sofre por causa de seus excessos enquanto não lhes dá um fim.

Essa ideia é aprofundada em *O Céu e o Inferno*, que define a felicidade e a infelicidade como estados íntimos do Espírito, expressa no capítulo VIII da primeira parte itens 1, 2 e 3:

1o) A alma ou espírito sujeita-se, na vida espiritual, às consequências de todas as imperfeições das quais ela não se despojou durante a vida corporal. Seu estado feliz ou infeliz é inerente ao grau de sua depuração ou de suas imperfeições. 2o) Sendo todos os espíritos perfectíveis, em virtude da lei do progresso, trazem em si os elementos de sua felicidade ou de sua infelicidade futura e os meios de adquirir uma e de evitar a outra trabalhando em seu próprio adiantamento. 3o) A felicidade perfeita está ligada à perfeição, ou seja, à depuração completa do espírito. Toda imperfeição é uma causa de sofrimento, da mesma forma que toda qualidade adquirida é uma causa de satisfação e de atenuação dos sofrimentos; donde resulta que a soma da felicidade e da infelicidade está na razão da soma das qualidades boas ou más que possui o espírito.

pag 132 - Kardec, O Céu e o Inferno - 2021 - Editora Mundo Maior ((alguns trechos deste item estão somente na edição original de 1865, apresentada aqui))

Essa interpretação se distancia da concepção tradicional que associa a felicidade a um lugar específico e o sofrimento a um espaço destinado ao castigo.

No entendimento espírita, o Espírito carrega em si os elementos responsáveis pela sua própria condição.

A felicidade é resultado do desenvolvimento das virtudes do desenvolvimento do progresso moral. O sofrimento, por sua vez, está relacionado às imperfeições adquiridas que ainda não foram superadas.

Dessa forma, **o estado do Espírito não depende de uma sentença externa, mas da própria condição moral do indivíduo.**

A punição como consequência natural da falta cometida

Um dos conceitos mais importantes apresentados por Kardec é o mecanismo pelo qual a justiça divina se manifesta. Observe os itens abaixo:

4o) A punição é sempre a consequência natural da falta cometida⁹⁵. O espírito sofre pelo próprio mal que fez, de maneira que, estando sua atenção concentrada incessantemente sobre as consequências desse mal ⁹⁶, compreende-lhe melhor os inconvenientes e é motivado a corrigir-se.

(idem)

Kardec estabelece um importante princípio que “a punição é sempre a consequência natural da falta cometida”, servindo como um meio para o Espírito compreender os inconvenientes do erro e motivar-se a corrigi-lo.

Em *A Gênese*, o autor afirma que cada indivíduo é punido precisamente “por onde pecou”, *A Gênese* (Cap. I, item 32): “(...)que cada um sofre as consequências diretas e naturais de suas faltas, por outras palavras, que ele é punido por onde pecou; (...)”

Em *O Céu e o Inferno*, esse princípio é desenvolvido a partir da ideia de que o sofrimento não é imposto arbitrariamente por Deus. A punição surge como consequência natural das escolhas equivocadas.

Essa interpretação transforma completamente a compreensão do castigo. Em vez de uma punição baseada na vingança, a justiça divina assume um caráter educativo. O sofrimento permite que o Espírito compreenda os efeitos das próprias atitudes e reconheça os prejuízos provocados pelo erro. Ao tomar consciência das consequências dos seus atos, o indivíduo encontra os estímulos necessários para modificar o próprio comportamento. Assim, o sofrimento deixa de ser uma condenação e passa a representar uma oportunidade de aprendizado.

O arrependimento e a rejeição das penas eternas

A rejeição das penas eternas representa um dos aspectos mais revolucionários da interpretação espírita da justiça divina.

Nos itens 32 e 33 de *A Gênese*, Kardec afirma que o sofrimento termina quando o Espírito se arrepende e se dedica à reparação dos erros cometidos.

Em *O Céu e o Inferno*, o autor argumenta que a ideia de um castigo eterno é incompatível com a bondade e a misericórdia de Deus. **O Céu e o Inferno: Capítulo VII (“Doutrina das penas eternas”)**

Reconciliar-se o culpado com Deus – arrependendo-se e pedindo para reparar o mal que fez – constitui um retorno ao bem, aos bons sentimentos. Se o castigo é irrevogável, esse retorno ao bem de nada valerá; se o bem não for levado em conta, não haverá justiça. Entre os homens, o condenado que se corrige vê sua pena atenuada e por vezes até mesmo perdoada; haveria assim, na justiça humana, mais equidade que na justiça divina! Se a condenação é irrevogável, o arrependimento é inútil – o culpado, não tendo nada a esperar do seu retorno ao bem, persistirá no mal, de tal forma que Deus não somente o condena a sofrer perpetuamente, condena-o ainda a permanecer no mal por toda a eternidade. Isso não constituiria nem justiça nem bondade.

pag. 120 Kardec, O Céu e o Inferno – 2021 – Editora Mundo Maior

O item mencionado capítulo VII da primeira parte de *O Céu e o Inferno* e os itens 8º e 9º do capítulo VIII ((8o) A duração do castigo está subordinada ao aperfeiçoamento do espírito culpado. Nenhuma condenação por um tempo determinado é pronunciada contra ele. O que Deus exige para pôr fim aos sofrimentos é o arrependimento, a expiação e a reparação – em resumo: um aperfeiçoamento sério, efetivo, assim como um retorno sincero ao bem⁹⁹. O espírito é, assim, sempre o árbitro de seu próprio destino; ele pode prolongar seus sofrimentos por seu endurecimento no mal, aliviá-los ou abreviá-los por seus esforços para fazer o bem. Uma condenação por um tempo determinado qualquer teria o duplo inconveniente de ou continuar a atingir o espírito que se houvesse aperfeiçoado ou cessar quando ele ainda estivesse no mal. Deus, que é justo, pune

o mal enquanto este existe; e encerra a punição quando o mal não existe mais. Assim se acha confirmada esta expressão: Eu não quero a morte do pecador, mas que ele viva e eu o acusarei até que ele se arrependa.1009o) Estando a duração do castigo subordinada ao arrependimento, resulta daí que o espírito culpado que não se arrependesse e jamais se aperfeiçoasse sofreria sempre, e que, para ele, a pena seria eterna. A eternidade das penas deve então ser entendida no sentido relativo e não no sentido absoluto. pag 133))

Assim, Kardec demonstra que a duração do castigo é estritamente subordinada ao **aperfeiçoamento do culpado** e que a “eternidade” das penas é apenas relativa à persistência no mal

Segundo essa perspectiva, a duração do sofrimento está diretamente relacionada ao processo de transformação do Espírito. Não existe uma condenação estabelecida por um período determinado nem uma sentença irreversível.

A chamada eternidade das penas está associada apenas à persistência no erro. Enquanto o Espírito permanece voluntariamente ligado às próprias imperfeições, o sofrimento continua existindo. Entretanto, no momento em que surge o arrependimento sincero, inicia-se o processo de mudança. A esperança substitui o desespero, e a reparação passa a representar o caminho para a reconstrução moral.

A reencarnação como instrumento de reparação e progresso

Nos itens 34 e 35 de *A Gênese*, Kardec apresenta a pluralidade das existências como um elemento essencial para compreender a justiça divina. Leia a seguir:

34. A pluralidade das existências, cujo princípio Cristo estabeleceu no Evangelho, mas sem defini-lo, como o fez com muitos outros, é uma das mais importantes leis reveladas pelo Espiritismo, porque este demonstra sua realidade e sua necessidade para o progresso. Com essa lei, o homem explica a si todas as aparentes anomalias da vida humana; suas diferenças quanto à posição social; as mortes prematuras as quais, sem a reencarnação, tornariam inúteis para a alma as vidas de curta duração; explica a desigualdade de aptidões intelectuais e morais, as quais se devem à antiguidade do Espírito que

viveu mais ou menos tempo, tendo aprendido e progredido em maior ou menor grau, trazendo ao renascer o que conquistou em existências anteriores.

35. Com a doutrina da criação da alma a cada nascimento, caímos no sistema das criações privilegiadas; os homens são estranhos uns aos outros, nada os liga; os laços de família são puramente carnavais. Não são em nada solidários com um passado no qual não existiram. Com a doutrina do nada depois da morte, todas as relações cessam com a vida e, desse modo, os homens não são solidários no futuro. Mediante a realidade da reencarnação, por sua vez, eles são solidários no passado e no futuro. Como suas relações se perpetuam, tanto no mundo espiritual quanto no corporal, a fraternidade tem como base as próprias leis da natureza. O bem tem um objetivo; e o mal, consequências inevitáveis.

pag 56 - Kardec, A Gênese - 6ª edição - Editora Mundo Maior

A reencarnação explica as desigualdades sociais, as diferenças individuais e as circunstâncias que caracterizam a experiência humana.

Em *O Céu e o Inferno*, Capítulo VIII, Itens 21, 23 e 25. Kardec apresenta a reencarnação como um mecanismo de reparação e progresso, conforme o texto:

21o) A situação do espírito, a partir de sua entrada na vida espiritual, é a que ele preparou para si durante a vida no corpo. Mais tarde, outra encarnação lhe é dada, e por vezes imposta, para a expiação e reparação por meio de novas provas, mas ele a aproveita em maior ou menor proporção em virtude de seu livre-arbítrio. Se ele não a aproveitar, será uma tarefa para recomeçar cada vez em condições mais penosas, de modo que se pode dizer que aquele que sofre muito sobre a Terra tinha muito a expiar. Os que gozam de uma felicidade aparente, apesar de seus vícios e sua inutilidade, certamente pagarão caro numa próxima existência. É nesse sentido que Jesus disse: “Bem-aventurados os aflitos, porque serão consolados” (*O Evangelho segundo o Espiritismo*, cap. V)

23o) Sendo as penas temporárias e subordinadas ao arrependimento, que é o fato da livre vontade do homem, são ao mesmo tempo os castigos e os remédios que devem ajudar a curar as feridas do mal. Os espíritos em punição são, portanto, não como condenados perpetuamente, mas como doentes no hospital, que sofrem da doença que quase sempre é culpa sua e dos meios curativos

dolorosos de que ela necessita, mas que são a esperança da cura, e que curam tanto mais rápido quanto mais exatamente sigam as prescrições domédico que vela sobre eles com solicitude. Se prolongam seus sofrimentos por sua própria culpa, o médico nada tem com isso.

25º) Seria injustiça se Deus tivesse criado privilegiados, mais favorecidos que outros, gozando sem trabalho da felicidade que outros somente alcançam com dificuldade ou jamais podem alcançar. Mas onde sua justiça brilha é na igualdade absoluta que preside à criação de todos os espíritos. Todos têm um mesmo ponto de partida. Nenhum espírito, em sua formação, é mais bem dotado que outro. Nenhum que tenha sua marcha ascensional facilitada por exceção. Aqueles que chegaram ao fim passaram, como os outros, pela fieira das provas e da inferioridade. Admitido isto, o que há de mais justo que a liberdade de ação deixada a cada um? A estrada da felicidade está aberta a todos. O fim é o mesmo para todos. As condições para atingi-lo são as mesmas para todos. A lei gravada em todas as consciências é ensinada a todos. Deus fez da felicidade o prêmio do trabalho e não o do favor, a fim de que cada um pudesse dela ter o mérito. Cada um é livre para trabalhar ou nada fazer por seu próprio adiantamento. Aquele que trabalha muito e depressa é mais cedo recompensado. Aquele que se desvia no caminho ou perde tempo atrasa sua chegada e só pode culpar a si mesmo. O bem e o mal são voluntários e facultativos. O homem, sendo livre, não é fatalmente impelido nem a um nem a outro.

pag. 138 - Kardec, O Céu e o Inferno - 2021 - Editora Mundo Maior

As penas não são permanentes. Elas funcionam como remédios destinados ao aperfeiçoamento do Espírito.

Cada existência oferece novas oportunidades de aprendizado, permitindo que o indivíduo enfrente desafios compatíveis com suas necessidades evolutivas.

Essa interpretação também estabelece uma profunda relação entre o passado, o presente e o futuro.

As escolhas realizadas em uma existência produzem consequências que podem se refletir em experiências futuras, criando um vínculo permanente entre as diferentes etapas da jornada espiritual.

Ao mesmo tempo, a reencarnação reforça o princípio da solidariedade humana, eliminando preconceitos e demonstrando que todos os indivíduos estão submetidos ao mesmo processo evolutivo.

A nova interpretação do pecado original

No item 38 de *A Gênese*, Kardec apresenta uma nova compreensão do pecado original:

38. Sem a preexistência da alma, a doutrina do pecado original não seria somente inconciliável com a justiça de Deus, que tornaria todos os homens responsáveis pela falta de um só, seria também um contra-senso, e tanto menos justificável quanto, segundo essa doutrina, a alma não existia na época a que se pretende fazer que a sua responsabilidade remonte. Com a preexistência, o homem traz, ao renascer, o gérmen das suas imperfeições, dos defeitos de que se não corrigiu e que se traduzem pelos instintos naturais e pelos pendores para tal ou tal vício. É esse o seu verdadeiro pecado original, cujas conseqüências naturalmente sofre, mas com a diferença capital de que sofre a pena das suas próprias faltas, e não das de outrem; e com a outra diferença, ao mesmo tempo consoladora, animadora e soberanamente eqüitativa, de que cada existência lhe oferece os meios de se redimir pela reparação e de progredir, quer despojando-se de alguma imperfeição, quer adquirindo novos conhecimentos e, assim, até que, suficientemente purificado, não necessite mais da vida corporal e possa viver exclusivamente a vida espiritual, eterna e bem-aventurada.

pag 57 - Kardec, A Gênese - 6ª edição - Editora Mundo Maior

A doutrina espírita abandona a ideia da culpa herdada e substitui esse conceito pela responsabilidade individual.

O homem não sofre em consequência da falta de um ancestral.

Segundo Kardec, o chamado pecado original corresponde ao conjunto das imperfeições que o Espírito ainda conserva ao renascer. Em *O Céu e o Inferno*, Capítulo VIII - 15º fundamenta a responsabilidade individual, onde o homem sofre apenas a pena de suas próprias faltas, tendo em cada existência os meios de se

redimir:

15o) Cada um é responsável apenas por suas faltas pessoais; ninguém carrega a pena das faltas de outrem,106 a menos que tenha dado lugar a tal, seja provocando-as por seu exemplo, seja não as impedindo quando tinha esse poder. Responde-se não somente pelo mal que se fez, mas também pelo bem que se poderia fazer e não se fez107.É assim, por exemplo, que o suicida é sempre punido; mas aquele que, por sua dureza, impele um indivíduo ao desespero e daí a destruir-se, sujeita-se a uma pena ainda maior.

pag. 136 – Kardec, O Céu e o Inferno – 2021 – Editora Mundo Maior

Cada indivíduo traz consigo tendências, inclinações e dificuldades que representam experiências ainda não superadas. Entretanto, essas limitações não constituem uma condenação definitiva.

Cada nova existência oferece os recursos necessários para que o Espírito transforme antigas imperfeições em virtudes, avançando gradualmente em direção ao aperfeiçoamento.

Conclusão: Uma justiça baseada no progresso e na responsabilidade

Ao estabelecer a correspondência entre *A Gênese* e *O Céu e o Inferno*, Allan Kardec apresenta uma visão da justiça divina fundamentada em princípios completamente diferentes daqueles tradicionalmente associados à punição.

Não existem privilégios na criação. Não existem condenações eternas. O sofrimento não é uma manifestação da ira divina, mas uma consequência natural da imperfeição.

Ao mesmo tempo, o arrependimento, a reparação e a reencarnação oferecem oportunidades permanentes de crescimento e transformação.

Essa compreensão faz da justiça divina um processo educativo e progressivo, no qual cada Espírito é responsável pelo próprio destino e possui, em si mesmo, os instrumentos necessários para alcançar a felicidade.

Mais do que uma teoria sobre a vida após a morte, Kardec apresenta uma proposta baseada na responsabilidade individual, na igualdade entre os seres e na certeza de que o progresso é uma lei universal da criação.

Nota: Este conteúdo baseia-se nas obras de Allan Kardec (edições autênticas da Editora Mundo Maior), focando na correlação doutrinária entre A Gênese e O Céu e o Inferno.